

MULHERES QUILOMBOLAS, TRABALHO E DORORIDADE NA PAMPA BRASILEIRA

Nelissa Pereira Fonseca

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS)

Email: nelissa-fonseca@uergs.edu.br

ORCID: 0009-0000-4210-7584

Cassiane da Costa

Doutora em Extensão Rural (UFSM); Professora Adjunta (UERGS)

Email: cassiane-costa@uergs.edu.br

ORCID: 0000-0002-4099-0972

Rosemeri da Silva Madrid

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Professora Assistente Substituta
(UNIPAMPA)

Email: rosemeri.madrid@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2648-9647

Rumi Regina Kubo

Doutora em Antropologia Social (UFRGS); Professora Adjunta (UFRGS)

Email: rumikubo2002@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2336-1402

Biane de Castro

Doutora em Fitotecnia (UFRGS); Professora Adjunta (UERGS)

Email: biane-castro@uergs.edu.br

ORCID: 0000-0002-9356-8003

Resumo: Nesse artigo buscamos entender de que forma as opressões de gênero, raça e classe social se manifestam no trabalho das mulheres quilombolas da Pampa realizado fora de suas propriedades, bem como compreender as estratégias de resistência. Optamos pelo método do Estudo de Caso, realizando entrevistas com oito mulheres da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada, localizada no município de Santana do Livramento/RS. Os relatos demonstram que as mulheres quilombolas costumam trabalhar muito, desde criança. Devido à falta de terra para viver do trabalho em suas propriedades, minifúndios, elas precisam trabalhar fora, geralmente em atividades domésticas em fazendas da região. Muitas vezes, esse trabalho não é valorizado e os relatos denunciam recorrentes condições degradantes e análogas à escravidão. O termo dororidade resume bem a dor compartilhada que essas mulheres suportaram e ainda suportam, mas também mostra a potência de transformação que elas carregam. Existe um grande potencial na mobilização coletiva das mulheres quilombolas para transformar a realidade, como mostram experiências de apoio entre

mulheres para o cuidado de crianças e a constituição da agroindústria coletiva de panificados.

Palavras-chave: Quilombo; Gênero; Exploração do trabalho; Resistência.

Abstract: In this article, we aim to understand how gender, race, and social class oppressions manifest in the work outside the properties of *Quilombola* women from Pampa, as well as to comprehend their resistance strategies. We chose the Case Study method, conducting interviews with eight women from the Ibicuí da Armada *Quilombola* Community, located in the municipality of Santana do Livramento, RS, Brazil. The accounts demonstrate that *Quilombola* women often work hard from childhood. Due to the lack of land to sustain themselves from work on their smallholdings, they need to work outside, usually in domestic activities on farms in the region. Often, this work is not valued, and reports denounce recurring degrading conditions analogous to slavery. The term *dororidade* encapsulates well the shared pain these women have endured and still endure, but it also shows the transformative power they carry. There is great potential in the collective mobilization of *Quilombola* women to transform reality, as shown by experiences of support among women for childcare and the establishment of the collective bakery agro-industry.

Keywords: Quilombo; Gender; Labor exploitation; Resistance.

INTRODUÇÃO

O peso de ser uma mulher nunca foi passado de forma clara a nós, antes de sentirmos na pele como realmente é. A pressão para ser uma mulher nos padrões esperados pela sociedade na qual vivemos é imposta desde o nosso nascimento até os últimos suspiros. Em contrapartida, existe resistência e luta para destruir essas amarras, sermos livres e vivermos como quisermos. Como se tudo isso não bastasse, constantemente somos agredidas, abusadas e mortas. A palavra “mulheres” envolve uma grande diversidade, entretanto são as mulheres negras da classe trabalhadora as que mais sofrem opressões no Brasil. “Se o feminicídio de forma geral avança, as pretas são as que mais morrem. Isso é fato” (Piedade, 2017, p. 14).

As desigualdades de raça, gênero e classe social aparecem de forma dura e articulada na vida das mulheres quilombolas, gerando opressão e estratégias de luta. No artigo intitulado “Mulher negra, essa quilombola”, Gonzalez (1981) explica brilhantemente que as mulheres negras trabalhadoras compõem o grupo mais explorado e oprimido da sociedade,

pois sofrem e enfrentam as opressões do sistema que explora a classe trabalhadora, é racista e sexista. Elas carregam em sua vida cotidiana as marcas vivas do seu passado e a ancestralidade das que vieram antes delas, o vínculo com a terra, saberes e práticas.

Na Pampa brasileira, essas mulheres costumam sentir na sua pele negra as opressões de uma sociedade latino-americana colonial, patriarcal e racista, onde ideias cegas de modernidade avançam sobre corpos e territórios, como mostra Segato (2011), mas não sem resistência. Nesse sentido, voltamos o olhar para quem sofre a tentativa de apagamento ao longo do tempo, uma vez que os modos de viver e resistir de mulheres quilombolas ecoam pela Pampa e precisam ser ouvidos, estudados e respeitados.

Na Pampa brasileira, que ocupa a metade sul do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, o trabalho de pessoas negras escravizadas foi utilizado de maneira intensa na pecuária de corte. Segundo Mazurana, Dias e Laureano (2016), a utilização basicamente foi nas charqueadas, nas lidas campeiras e nos trabalhos domésticos. Esse passado, que ainda é recente na história, deixou marcas de sangue, dor, desigualdade e tentativa de apagamento da população negra no Rio Grande do Sul, marcas essas que são sentidas de forma latente pelas mulheres quilombolas.

Você já parou para pensar como as opressões se materializam na vida cotidiana dessas mulheres? Como isso se dá no âmbito do trabalho? De que forma são tecidas as resistências? Nesse artigo nos debruçamos sobre essas questões, buscando entender de que forma as opressões de gênero, raça e classe social se manifestam no trabalho das mulheres quilombolas da Pampa realizado fora de suas propriedades, bem como compreender as estratégias de resistência.

Estas estratégias foram necessárias e perpetradas ao longo de gerações, como uma reação não consciente ao colonialismo. Conforme Nascimento (2022), quilombo é um modo de vida contra colonialista, que aceita e defende a pluralidade, logo as mulheres ali viveram e vivem de maneira contra colonial, fazendo frente à tentativa de subjugação e servidão. Já Santos (2024) chama a atenção para o caráter interétnico no conceito de quilombo, percebendo esse como organização social onde as pessoas vivenciam a ancestralidade de diferentes formas a partir da histórica relação entre negros(as) em diáspora e outros povos, da identidade e da sua reconstituição.

Optamos pelo método do Estudo de Caso, realizando entrevistas com oito mulheres da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada, localizada no município de Santana do Livramento/RS. Para preservar a identidade dessas

mulheres com idade de 21 a 67 anos, utilizamos nomes fictícios. Realizamos as entrevistas no segundo semestre de 2022.

Essa comunidade localiza-se a cerca de 50km da sede do município, com difícil acesso. Nesse território rural vivem cerca de trinta famílias quilombolas que estão apertadas nos corredores de propriedades voltadas à criação de gado vacum ou à monocultura da soja, que está em expansão. Como o território quilombola não é titulado, as famílias vivem em minifúndios de média de cerca de cinco hectares cada, desenvolvem pecuária familiar e agricultura de subsistência, vendendo excedentes, mas muitas pessoas precisam prestar serviços em propriedades empresariais da região, por dia ou de forma permanente, para complementar a renda. Não existem conflitos diretos com fazendeiros e sojicultores do entorno, entretanto há reclamações do impacto dos agrotóxicos utilizados na soja sobre as famílias quilombolas.

A pesquisa foi realizada no contexto da Pampa brasileira, no município de Sant'Ana do Livramento, que fica na Fronteira Oeste do RS, distante 500 km da capital do estado. Pampa é um bioma que ocupa a área da metade sul do Rio Grande do Sul, no Brasil, Uruguai e Argentina, e que remete a modos de vida e construções identitárias próprias. Escrivemos aqui “a Pampa” para realçar que pampa é uma palavra feminina desde a origem quíchua que remete a planície, até o termo em espanhol, “la pampa”, como defendem Mazurana, Dias e Laureano (2016). Remetemos à Pampa como território de avanço da modernidade, da colonialidade, do patriarcado e do neoxativismo, como no caso do avanço da monocultura da soja que impacta negativamente a vida em geral, e especialmente nas comunidades tradicionais. Isso aparece nas falas das mulheres dessa comunidade quilombola estudada que tem propriedades que cultivam soja no entorno. Entretanto, esse também é um território de luta e de resistência.

TRAJETÓRIAS DE LUTA DE MULHERES QUILOMBOLAS

Ser quilombola significa ser resistência. O termo quilombo foi ressignificado no Brasil ao longo do tempo, como mostra Nascimento (1985). Ele tem origem africana, relacionado à instituição angolana “kilombo”. Embora seja utilizado desde o século XVI no Brasil, em 1740 o termo quilombo é definido como “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões nele” (NASCIMENTO, 1985, p.43). Já no final do Século XIX, quilombo passa a ter um sentido simbólico utilizado na luta contra as formas

de opressão no país. Torna-se, assim, símbolo de resistência, um forte instrumento para reconhecimento da identidade negra brasileira.

De forma articulada a essa perspectiva de resistência, o conceito de remanescentes das comunidades dos quilombos vigente no país e trazido pelo Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, remete a “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, Art. 2º). No Rio Grande do Sul, a partir de dados da Fundação Cultural Palmares de 2021, Kroeff *et al.* (2023) mencionaram que até esse ano existiam 134 comunidades quilombolas certificadas em 68 municípios, sendo a grande maioria delas localizada na Pampa.

As falas das mulheres entrevistadas trazem elementos importantes das trajetórias de vida das mulheres nas comunidades quilombolas da Pampa brasileira. Os vários trabalhos desenvolvidos por elas desde a infância constituem parte importante de suas vidas, assim como o apego ao lugar onde vivem e à família.

São variados os trabalhos desenvolvidos ao longo da vida pelas mulheres quilombolas. No âmbito dos trabalhos realizados em casa podemos citar as tarefas referentes ao cuidado de filhos(as), pessoas idosas e enfermas, cuidado da casa, elaboração de alimentação, cuidados de animais e cultivo de alimentos para o consumo da família. Essas tarefas muitas vezes são invisibilizadas e atribuídas às mulheres, sem a divisão justa com os homens que vivem na casa. Elas também atuam nas lidas campeiras com o gado vacum e com as ovelhas na propriedade e costumam trabalhar fora dali, geralmente como empregadas domésticas ou cozinheiras em fazendas da região.

Suas trajetórias de vida são trajetórias de luta, como costuma acontecer com outras mulheres quilombolas. No estudo de Martins (2020), ela mostra os relatos de mulheres quilombolas da Pampa brasileira que contam as crueldades e as opressões que eram submetidas, vivências tanto delas, quanto de outras mulheres de sua família, geralmente suas mães. São relatos chocantes que envolvem a submissão, o abuso, a desvalorização e a desigualdade destas mulheres, que enfrentam cotidianamente em suas lutas por seus direitos.

A quilombola que chamaremos de Lúcia relata ter vivenciado condições de trabalho dignas, o que deveria ser a realidade de todas, mas infelizmente não é, pelo contrário. Lúcia tem 58 anos, é mãe de dois filhos e é viúva. Ela conta que já trabalhou em diversos lugares e sempre foi paga em dinheiro. Lembra que um dos seus trabalhos como empregada doméstica em fazenda,

todo final de semana em que retornava para sua casa, ganhava um pedaço de carne, além do seu salário. No final de ano, ganhava um fardo de arroz ou metade de uma ovelha. Dessa forma, ela se mostra satisfeita com as condições de trabalho que teve antes de se aposentar. Entretanto, lembra que seu pai trabalhava em uma estância perto da comunidade sem receber qualquer pagamento em dinheiro. Ele trabalhava em troca da autorização de criar seu gado no campo da estância.

Para Lúcia, a comunidade quilombola é muito importante. Ela valoriza muito o que aprendeu com sua mãe. Sua fala mostra a força da ancestralidade e da transmissão de saberes entre as mulheres de diferentes gerações nas comunidades quilombolas.

Eva tem 64 anos, é casada e tem quatro filhos. Da mesma forma que Lúcia, ela não lembra de ter sofrido nenhum tipo de preconceito em seus trabalhos como cozinheira de estância e como babá na cidade, onde sempre teria sido bem tratada e paga em dinheiro. Atualmente, ela mora com o marido em sua propriedade, sendo os dois aposentados.

Ao falar sobre sua trajetória de vida, ela conta que passou muitas dificuldades com seus pais, como a falta de vestimenta adequada ao inverno pampeano. Eva lembra que, quando crianças, ela e o irmão iam de chinelo de dedo para a escola mesmo nos dias mais frios. Como Lúcia, também recorda os ensinamentos que foram passados por sua mãe, especialmente na culinária com sabor único, o que ela chama de “gosto de comida de mãe”. A comunidade quilombola para ela é muito importante. Desde seu casamento, foi morar lá e sempre se sentiu acolhida e bem tratada pelos(as) vizinhos(as).

A entrevistada que chamamos Maria tem 67 anos e sete filhos. A fonte de renda atualmente é a sua aposentadoria. Como Lúcia e Eva, diz que nunca foi maltratada em seus trabalhos desenvolvidos fora de casa. Maria foi criada por sua mãe e seu pai, sendo que o pai era tropeiro e a mãe trabalhava com serviços domésticos e lavava roupa para fora.

Na infância, assim como outras quilombolas, Maria já trabalhava no turno inverso ao da escola. A comunidade quilombola é percebida como um lugar especial por ela, um lugar ao qual ela é apegada, pois traz lembranças de sua mãe e de toda a sua vida. Assim, ela diz que gosta dali e não viveria na cidade, pois ali tem a liberdade de ter seus bichinhos, plantar árvores, flores, desenvolver tarefas relativas ao cuidado e estar perto de seus filhos.

Ana tem 44 anos, casou e foi morar na comunidade há 24 anos. É mãe de um casal de filhos. Ela tem um histórico de luta e atuação em representação

da comunidade há muitos anos. Já trabalhou em fazendas e cuidando de armazém na propriedade. Após o divórcio, divide seu tempo entre a vida na propriedade da família e a presidência da associação de moradores(as) da comunidade quilombola e o trabalho desenvolvido na cidade.

A quinta mulher entrevistada chamaremos de Rose. Ela tem 51 anos, um casal de filhos e é casada. Ela conta que é analfabeto e que a mãe a tirou da escola, pois era a irmã mais velha e deveria cuidar dos mais novos. Aos 12 anos, sua mãe a colocou para trabalhar fora e aos 16 anos casou e foi morar na comunidade Ibicuí da Armada junto com seus sogros. Com 24 anos, Rose adotou seu filho que estava com 2 meses de vida. Rose comenta que ela e seu marido passaram por muitas dificuldades para criar seu filho mais velho, pois não tinham água e luz em sua casa naquela época.

Atualmente ela mora com seu marido. Os filhos precisaram morar na cidade para continuar os estudos após o ensino fundamental e ficaram trabalhando lá. A filha mais nova precisou se mudar há dois anos, pois não tinha transporte gratuito para cursar o ensino médio morando na comunidade.

A sexta entrevistada chamamos de Antônia. Ela tem 62 anos, é analfabeto, tem 4 filhos, sendo uma filha já falecida. Na época da realização das entrevistas, ela morava com o marido, a filha mais nova e uma neta na chácara. Atualmente, mora uma parte do tempo na cidade para tratamento de doença do marido. Na época da realização da entrevista, ela e a filha desenvolviam os trabalhos da propriedade e faziam faxinas.

Antônia lamenta que somente conseguiu se aposentar como trabalhadora rural em 2024, com 64 anos, embora tivesse direito à aposentadoria como trabalhadora rural desde 55 anos. Embora tenha trabalhado muito desde a infância, Antônia não conseguia comprovar sua condição de trabalhadora rural pois não tinha seu nome em bloco do produtor. Como ela, muitas mulheres quilombolas têm dificuldades para acessarem seus direitos por falta de documentação.

Seu pai que era alambrador e sua mãe trabalhava lavando roupas para estâncias para criar seus 9 irmãos. Antônia começou a trabalhar aos oito anos de idade e aos doze anos precisou sair de casa para trabalhar fora, diante da separação dos pais. Quando a mãe foi embora, a situação financeira da família se agravou, sendo que as crianças, conforme ela, foram “espalhadas pelas casas”. Ela recorda que precisava pedir comida na casa de vizinhos, o que não gostava de fazer.

Aos 20 anos, Antônia se casou com um peão de fazenda. Quando ele teve um grave acidente no trabalho, passaram por uma situação muito difícil até a

recuperação, onde ela foi a sustentação da família. Ao longo da vida, ela trabalhou em vários lugares como empregada doméstica em fazendas, faxineira ou diarista na colheita de laranjas, encontrando uma grande diversidade de condições, muito delas injustas.

Durante a entrevista, Antônia se emocionou bastante ao falar de sua vida, mas em grande parte do tempo, permaneceu com o sorriso no rosto. “Queria saber como eu vivia? Vivia só de resto, cabeça de ovelha (risos)” (Entrevistada Antônia).

A sétima entrevista foi com a filha da Antônia, que vamos chamar de Rita. Na época da entrevista, ela tinha 21 anos e morava com seus pais e sua filha de um ano. Atualmente mora na cidade e trabalhando como vendedora de uma loja. Rita fala que com sua mãe aprendeu a trabalhar, ser guerreira e sempre manter a força. Na sua opinião, os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres não são valorizados pelos homens e comenta que são apenas vistos e valorizados por outras mulheres.

A oitava e última mulher entrevistada foi a Alice. Ela tem 21 anos, mora com seu marido e sua filha de dois anos em casa construída ao lado da de sua mãe. Alice é a vice-presidente da associação quilombola. Ela tem um histórico de mulheres fortes na família, como a avó e a bisavó que foram parteiras de campanha. Atualmente, ela está se dedicando aos trabalhos da casa e aos cuidados da filha pequena, além de fazer faxinas. Seu marido é peão de fazenda.

Cada uma dessas mulheres é um quilombo no sentido de Beatriz do Nascimento, enquanto semente de resistência que vem da ancestralidade e vai para as próximas gerações. As trajetórias de vida relatadas por elas nos tocam e expressam, de forma intensa, as opressões articuladas de classe, gênero e raça que nos explicou Lélia Gonzalez.

VOLTANDO O OLHAR PARA SITUAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

As mulheres quilombolas costumam trabalhar muito, desde criança. Devido à falta de terra para viver do trabalho em suas propriedades, minifúndios, elas precisam trabalhar fora, geralmente em atividades domésticas em fazendas da região. Muitas vezes, esse trabalho não é valorizado e seus relatos denunciam recorrentes condições degradantes e análogas à escravidão.

Piedade (2017) desenvolveu um novo conceito que remete ao vazio, ao abandono, ao peso e principalmente à dor da mulher negra. Dororidade, significa aquilo que foi calado, escondido e deixado de lado. Dororidade é o sentido de tudo aquilo sofrido pela mulher, mas com o agravamento e o peso da dor da mulher negra. Essas dores compartilhadas pelas mulheres negras trabalhadoras, conforme Piedade (2017), são transformadas em potência. Essa potência nada mais é do que a agência dessas mulheres transformando a realidade.

Nesse artigo utilizamos esse termo para se referir às estratégias de resistência das mulheres quilombolas diante das opressões sofridas. Os relatos mencionam estratégias de apoio e ajuda mútua entre as mulheres quilombolas, especialmente dentro da família.

A pesquisa de Martins (2020) traz o relato de uma mulher quilombola de Piratini/RS, que chamaremos aqui de Joana. Ela lembra que foi “emprestada” por sua mãe por cinco anos para trabalhar em uma casa em troca de comida. Joana também conta que sua mãe criou sozinha dez filhos com muitas dificuldades, desenvolvendo atividades domésticas em fazendas da região em troca de comida estragada.

Esse relato é forte e nos causa revolta enquanto autoras. Infelizmente, relatos como esse que mencionam a troca de trabalho doméstico de mulheres quilombolas em fazendas por comida para si e seus filhos se repetem em diferentes municípios da Pampa, como São Lourenço do Sul e Sant’Ana do Livramento.

Maria começou a trabalhar cedo, ajudando a sua mãe que era lavadeira e empregada doméstica. Para sustentar treze filhos, sua mãe e as filhas maiores trabalhavam muito. Após se casar, Maria teve seus filhos e começou a trabalhar fora como cozinheira e empregada doméstica. Ela diz que sempre foi paga em dinheiro, mas mal paga. Segundo ela, os antigos patrões a pagavam mal, pois sabiam que ela precisava. Sua mãe trabalhou anos em uma estância, mas teve que se afastar por conta de sua saúde. Maria acabou ficando no lugar da mãe, onde trabalhou por 15 anos e levou seu filho para trabalhar como caseiro por 14 anos.

Quando seu antigo patrão faleceu, seu filho ficou dando ordens na propriedade, foi quando ela trabalhou por mais dois anos. Então, Maria passou de empregada doméstica para ajudante e só realizava serviços domésticos se quisesse e quando quisesse. Entretanto, com o antigo patrão era obrigada a esfregar piso de cimento queimado ajoelhada. Assim como Maria, várias outras mulheres acham que trabalhar desta maneira era uma

condição normal de trabalho e por conta disso colocam que nunca foram maltratadas em seus serviços prestados.

Ao perguntar sobre relatos de exploração no trabalho, ela conta que segundo sua mãe, sua prima era dada pelos seus pais aos ricos e só trabalhava em troca de comida e roupa. Naquela época, os pisos só eram esfregados com soda cáustica e por conta disso, ela desenvolveu diversos problemas de saúde.

Atualmente Maria é aposentada, mas quando deu início ao processo de sua aposentadoria, descobriu que seu patrão tinha assinado sua carteira como se ela tivesse trabalhado apenas por 15 dias. Além da sua aposentadoria, ela faz artesanatos em crochê para venda e faz limpezas nas fazendas da região. Segundo ela, gosta de trabalhar, pois se criou trabalhando e se parar, “acha falta do serviço”.

A quilombola Ana conta que até os sete anos de idade morava no rural, pois seus pais trabalhavam em estâncias. Após isso, foi para a cidade estudar. Aos nove anos foi morar em uma família rica de Sant’Ana do Livramento onde ficou até seus 11 anos. Dos 11 aos 15 anos, ficou em outra família, depois disso começou a trabalhar para ter seu dinheiro e ajudar os seus pais a criar suas irmãs.

Quando foi morar nas casas de família, não tinha salário. Ela morava com eles para cuidar de seus filhos e no final de semana ou a cada 15 dias voltava para visitar a casa de sua mãe. Segundo ela, eles davam carne, leite, davam uma coisa e outra, mas dinheiro não. Sobre essa situação, ela comenta: “Mas eu nunca fui judiada e tive estudo, tive educação e depois dos meus 15 eu trabalhava normal, cuidava criança, era babá e ganhava meu salário” (Entrevistada Ana). Para poderem ter acesso à educação, muitas vezes, as meninas e suas famílias se submetem a essa condição.

Rose, aos 12 anos, foi colocada por sua mãe para trabalhar em uma casa de família. Ela conta que cuidava das crianças e da casa, ganhava meio salário e não tinha carteira assinada. O seu próximo serviço foi com uma mulher que contratava várias jovens e as distribuía para trabalhar (parte delas em Sant’Ana do Livramento e a outra em Rivera) como empregadas domésticas. Rose pegava o último ônibus à meia noite e às sete horas da manhã já estava acordada novamente para trabalhar. Todo o dinheiro que recebia com seu trabalho tinha que entregar para sua mãe cuidar dos seus irmãos mais novos. Sua mãe lavava roupa para fora, quando Rose conseguia chegar cedo do serviço, ela ia entregar as roupas para os donos. “Bah, foi uma vida muito sofrida, mas fui guerreira e sou guerreira até hoje” (Entrevistada Rose).

Após isso conheceu seu marido com quem é casada até hoje. Rose casou com 16 anos e foi morar com os sogros na comunidade quilombola. O seu marido saia para trabalhar e ela ficava trabalhando com o sogro na lida campeira, o que chama de ajuda, em atividades como banhar o gado, esquilar ovelha, buscar lenha no mato e colher milho. Também lembra que levava bolsas de roupa para lavar de joelhos no arroio, pois não tinha água encanada em casa.

Antônia, assim como Rose, é a irmã mais velha das mulheres. Ela recorda que aos seus oito anos de idade, ela e seu irmão mais velho foram trabalhar fora limpando pátio nas estâncias onde seus tios trabalhavam. Não eram pagos em dinheiro. “E aí de vez de pagar, não pagavam nós. Davam um pedaço de carne, um quilo de boia e trazia para a mãe. Nós trabalhávamos praticamente de graça. Minha mãe trabalhava de graça” (Entrevistada Antônia).

A mãe de Antônia foi lavadeira e cozinheira de estância, ela também sempre foi paga com roupas e comidas velhas. Nas estâncias, quando carneavam, também a pagavam com as cabeças de vaca e ovelha ou as vísceras dos animais. Ela comenta que sua mãe utilizava a cabeça da vaca para retirar as carnes e fazer charque.

A minha mãe limpava uma casa de vinte peças na estância de Fulano de Tal (diz o nome). Só davam essas achurias de ovelha e cabeça de ovelha e umas bolachas velhas duras, que grudavam na parede e não quebravam (Entrevistada Antônia).

Antônia quando criança também cuidava de seus irmãos mais novos para sua mãe trabalhar. Antes disso, ia até as estâncias a cavalo buscar roupas para a mãe lavar no arroio. Ela conta com horror sobre o peso do ferro à brasa que sua mãe usava para passar as roupas. Aos 12 anos, ela saiu de casa para trabalhar em casa de família, foi para uma estância onde fazia todos os serviços em troca de moradia, comida e roupas velhas. “Sempre na luta, sem salário entendeu? Então me davam roupa velha e comida” (Entrevistada Antônia).

Com 14 anos, retornou para casa pois não aguentava mais sua rotina corrida de serviços. Mas como já havia acontecido a separação dos seus pais, Antônia teve que procurar outro serviço, pois seu pai não tinha como ajudá-la. Então, Antônia teve que ir morar na cidade onde trabalhou como babá e empregada doméstica. Aos 20 anos casou, foi trabalhar em estâncias junto ao seu marido. Trabalhou lá como empregada doméstica por quatro anos, onde era paga com salário, mas teve que se afastar porque não conseguia conciliar seus afazeres com os cuidados de sua filha pequena.

Após isso, conseguiu outro emprego em estância onde trabalhou por 13 anos, seu marido era capataz, ela iniciou como empregada doméstica e após algum tempo passou a cozinhar também. Recebia meio salário mínimo, moradia, alimento para ela e toda sua família. Neste emprego, Antônia se refere como onde passou seus melhores anos: “Trabalhava assim, à vontade”. E ao perguntar por sua patroa, ela responde: “Era muito boa pra mim, nem parecia que era rica” (Entrevistada Antônia). Quando nasceu sua filha mais nova, Rita, retornou para propriedade onde já havia morado, após o acidente de trabalho de seu marido.

Nessa época, Antônia começou a trabalhar no pomar de laranja próximo a sua casa. Neste serviço, ela comenta, que seu patrão só contratava mulheres pois dizia que mulheres eram mais detalhistas na escolha das laranjas. Ela diz que “trabalhava igual homem”. Para não vir no sol quente para casa, Antônia almoçava “boia fria”, como ela se referia, no meio das árvores. O seu pagamento era conforme a quantidade colhida, recebia a média de R\$1.000,00 ao mês, enchendo 40 caixas a cada dia.

Rita, filha de Antônia, tinha sua renda mensal composta por programa social do Governo Federal, e realizava faxinas nas fazendas da região. Para ela, a maior dificuldade em busca de emprego é a necessidade de ter experiência e uma formação para se encaixar em qualquer vaga. “Se não tem ninguém que te indique, tu tens que se formar, estudar pra ter um emprego” (Entrevistada Rita).

Alice já trabalhou na cidade, na cozinha de um trailer, no pomar de laranjas junto com a Antônia e atualmente trabalha como faxineira em três casas diferentes. Ela comenta também que conta com a ajuda da sogra e da cunhada para ficar com sua filha pequena enquanto trabalha fora, já que não existe disponibilidade de educação infantil na região. Ao chegar do trabalho, Alice ainda cuida dos afazeres domésticos de sua casa e de sua filha. Ela diz que sempre foi bem tratada em seus serviços e que é paga com dinheiro. Esse caso exemplifica o apoio mútuo entre as mulheres que é utilizado como estratégia de resistência na comunidade. Entretanto, também acena para a sobrecarga de trabalho de mulheres através de jornadas duplas ou triplas sem a divisão igualitária do trabalho doméstico com os companheiros.

A partir alguns relatos do texto, entendemos que, por vezes, a colonialidade foi eficiente no sentido de não proporcionar a algumas mulheres entrevistadas o questionamento de papéis de servidão. Entretanto, algumas delas têm ciência das opressões sofridas no âmbito do trabalho.

São várias as estratégias utilizadas pelas mulheres para a resistência que emerge a partir da dor coletiva. Nesse contexto, cabe muito bem o conceito de dororidade de Vilma Piedade. Ao elucidar os sentidos da dor, a autora resgata e ressignifica um termo difundido na literatura feminista, ou seja, a noção de sororidade. Isso porque, trata-se de **dores vivenciadas por corpos negros** e isso é essencial que se destaque. Há aqui uma irmandade ligada a uma ancestralidade comum, uma identidade, que a cada injustiça ou situação degradante, é sentida nas entradas dessa ancestralidade comum. Nesse lugar de dor pulsa a semente da transformação através da articulação das mulheres, seja no apoio entre mulheres da família para cuidar das crianças e dividir outros trabalhos, seja na construção de opções coletivas e justas de trabalho. Assim, nos alimenta a esperança o protagonismo de um grupo de mulheres da comunidade que está criando uma agroindústria coletiva de panificados. Através desse empreendimento solidário, elas poderão trabalhar com base na autogestão e sem patrão.

CONSIDERAÇÕES

Nós, autoras desse artigo-manifesto, somos mulheres (duas negras e três brancas), pesquisadoras de universidades públicas e feministas. Temos a responsabilidade de contribuir com a diminuição das desigualdades nos territórios em que atuamos. Nesse entendimento, nossa escrita é comprometida e posicionada ao lado das mulheres quilombolas que historicamente, como outros(as) sujeitos(as) sociais, sofrem tentativa de apagamento na Pampa brasileira. Se é verdade que a universidade pública vem contribuindo com essa tentativa de apagamento, é urgente repensar essa prática e atuar no sentido contrário.

Conscientes das relações de poder que atravessam essa realidade, utilizamos o teclado como arma de denúncia e de luta. Junto às mulheres quilombolas que entrevistamos, e todas as outras que enfrentam essas opressões aqui relatadas e outras, subimos o tom de voz para dizer que as mulheres quilombolas são sujeitas de direitos e que esses direitos serão respeitados. Não aceitamos que as mãos sujas de sangue da escravidão continuem a submeter o trabalho das mulheres a condições degradantes e desumanas, como o pagamento através de sobres de comida.

O Estado tem responsabilidade na comunicação e defesa dos direitos dessas mulheres, no âmbito do trabalho, assim como nos demais. Não aceitamos desculpas. Exigimos que os direitos e as políticas públicas efetivamente cheguem até as comunidades quilombolas, especialmente às mulheres, que são as que mais sofrem com a negligência e o descaso. Novas

políticas públicas precisam ser construídas para gerar e fortalecer opções de trabalho e renda a partir da realidade dessas comunidades, em diálogo com todos(as) e considerando questões de gênero.

A constituição desse artigo-manifesto remete aos sentidos do termo dororidade, que busca traduzir e conceituar a dor compartilhada que essas mulheres passaram e ainda passam, e que reside justamente nessa dor compartilhada, sentida e ressentida, os sentidos da luta e a potência de transformação que elas carregam. É uma dor recordada a cada narrativa, a cada trecho da entrevista. Os sentidos dessa partilha buscamos aqui recontar.

Trata-se de uma partilha que demarca as situações de desigualdade, de trabalho não reconhecido, não somente pela ausência de remuneração, mas sobretudo, pela naturalização de uma grande invisibilidade do valor de cada um desses trabalhos que eram oferecidos aos patrões, fazendeiros, vizinhos com mais posses. Trabalhos que lidam com o cuidado da vida, de alimentar, de manter limpo a casa, as roupas. E ao recontar essas situações de trabalho, o inevitável sentimento de revolta, de nós mulheres, sejamos quilombolas ou não, negras ou não. Mulheres irmanadas pelos relatos que são captados pela dororidade.

Mas tamanha dor, onde o racismo se mistura com o patriarcado e a exploração de quem trabalha, atinge as mulheres irmanadas pelos relatos e a constatação de uma herança colonialista e patriarcal. E a partir da vivência com estas mulheres, seus quilombos, seus modos de vida, como autoras, afirmamos que existe um grande potencial na mobilização coletiva das mulheres quilombolas para transformar a realidade.

Junto às mulheres quilombolas, levantamos nossas vozes: não passarão! Esse é o recado a quem dá sustentação à colonialidade, ao patriarcado e ao racismo na Pampa. Da mesma forma, mandamos esse recado a quem se cala diante das opressões. Precisamos aprender com a coragem das mulheres quilombolas para transformar as dores em luta. Precisamos somar as nossas vozes e forças às delas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS DE QUE TRATA O ART. 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. DISPONÍVEL EM: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm>. ACESSO EM: 28 ABRIL 2024.

GONZALEZ, LÉLIA. MULHER NEGRA, ESSA QUILOMBOLA. FOLHA DE SÃO PAULO, CADerno FOLHETIM, 22 DE NOV. DE 1981, P. 04. DISPONÍVEL EM: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod_resource/content/1/MULHER%20NEGRA%20ESSA%20QUILOMBOLA.PDF> . ACESSO EM 31 AGO. 2023.

KROEFF, DENISE REIF. ET AL. DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS NO RIO GRANDE DO SUL. PORTO ALEGRE: SEAPI/DDPA, 2023.

MARTINS, ANA RITA ILHA. MULHERES QUILOMBOLAS DA PAMPA: ANCESTRALIDADE, NEGRITUDE E RESISTÊNCIA- SANTANA DO LIVRAMENTO, 2020. MONOGRAFIA (GRADUAÇÃO)- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AGROINDUSTRIAL, UNIDADE EM SANTANA DO LIVRAMENTO, 2020. 74 F.

MAZURANA, JULIANA; DIAS, JAQUELINE EVANGELISTA; LAUREANO, LOURDES CARDOZO. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PAMPA. PORTO ALEGRE: FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA, 2016.

NASCIMENTO, BEATRIZ. O CONCEITO DE QUILOMBO E A RESISTÊNCIA CULTURAL NEGRA. AFRODIÁSPORA, ANO 3, N. 6 E 7, 1985, P. 41-49.

NASCIMENTO, BEATRIZ. QUILOMBOLA E INTELECTUAL: POSSIBILIDADE NOS DIAS DA DESTRUÇÃO. EDITORA FILHOS DA ÁFRICA, 2022. 2ª EDIÇÃO.

PIEADAE, VILMA. DORORIDADE. COLEÇÃO CONCEITOS. SP: ED. NOS, 2017.

SANTOS, JAMILLE PEREIRA PIMENTEL DOS. QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS. HISTÓRIA EM REVISTA. V.29, JAN. 2024, P.77-91.

SEGATO, RITA. “GÉNERO Y COLONIALIDAD: EN BUSCA DE CLAVES DE LECTURA Y DE UN VOCABULARIO ESTRATÉGICO DESCOLONIAL”. EN: BIDASECA, K. FEMINISMOS Y POSCOLONIALIDAD: DESCOLONIZANDO EL FEMINISMO DESDE Y EN AMÉRICA LATINA. BUENOS AIRES: GODOT, 2011.